

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: *O caso do Orçamento Participativo de Belo Horizonte*

Nome: Uriella Coelho Ribeiro

Filiação Institucional: Aluna do curso de Ciências Sociais da UFMG

Professora Orientadora: Dra. Marlise Miriam Matos.

Introdução

Desde a década de 1970, num movimento crescente e consistente de pressão social rumo ao processo de democratização da política brasileira, o Brasil vivencia um amplo crescimento nos diversos arranjos e mecanismos de participação popular¹. Tal fenômeno certamente se consolida com a intensa participação de setores populares e civis que apoiaram de forma sistemática (a exemplo do movimento feminista) à nova Constituição de 1988. A partir de então, o que se tem constatado no Brasil, é a discussão, proposição, implantação e implementação de diversos arranjos e mecanismos de participação popular. Este crescimento da participação é sustentado pela aposta na sua potencialidade inclusiva e, portanto, no seu impulso à consolidação democrática no Brasil. Porém, estes arranjos tendem a reproduzir desigualdades mais amplas presentes na estrutura social, porque, segundo Avritzer, o “associativismo se organiza obedecendo a padrões de desigualdade”¹. Partindo desta assertiva, cabe a este trabalho investigar como que, e se, as desigualdades de gênero presentes na estrutura social brasileira estão sendo reproduzidas nessas esferas políticas brasileiras a partir da experiência do Orçamento Participativo de Belo Horizonte (OP-BH).

Nossa discussão parte da constatação de que, em diversos Orçamentos Participativos (OPs), existe uma presença predominantemente feminina nas primeiras plenárias e uma ocupação majoritariamente masculina das posições de liderança na Comforça² do OP-BH e nos COPs (conselhos fiscalizadores) de outros OPs³. Neste sentido, já existem indícios de que as desigualdades de gênero podem estar sendo reproduzidas nestes espaços, ao passo que as

¹ AVRITZER, Leonardo (s/d).

² Comissão fiscalizadora do Orçamento Participativo de Belo Horizonte composta por membros da sociedade civil que acompanham a execução das obras votadas no OP.

³ Como exemplo, podemos citar o caso do OP de Porto Alegre, Recife e Suzano-SP.

mulheres não ocupam a ponta da pirâmide que estrutura as relações de poder como ocupam a base.

O nosso trabalho é guiado pelo princípio da paridade na participação (Fraser, 2001) que, por sua vez, requer arranjos sociais e institucionais que permitam uma interação mais simétrica entre membros: uma paridade de condições materiais e simbólicas. Ou seja, uma equitativa distribuição de recursos materiais e um compartilhamento de valores que promovam igualdade e respeito entre todos os membros participantes da esfera política em questão, no nosso caso, o OP-BH.

Apontamos como hipótese a não consumação dessas condições materiais e simbólicas dentro destes espaços participativos. Acreditamos que não exista uma paridade na participação (que não se trata de uma questão numérica), e sim um déficit, porque as mulheres estão desprovidas de recursos materiais que uma participação efetiva requer, além desses espaços não apresentarem uma garantia de efetiva igualdade de oportunidades a todos os participantes ao compartilhar um conjunto de valores que não localizam o feminino como sinônimo de político.

Partindo dessa hipótese, nosso trabalho objetiva investigar as relações de gênero dentro do Orçamento Participativo de Belo Horizonte a partir da nossa observação participante no processo que se desenvolveu no OP-BH referente ao biênio 2007/2008 (que iniciou no dia 08/05/2006 e terminou no dia 15/12/2006); da análise de documentos e informações em material de divulgação da Prefeitura de Belo Horizonte e em seu próprio sítio. Especialmente este trabalho se dedica à análise das entrevistas realizadas com mulheres delegadas⁴ e membros da Comforça⁴ do OP-BH.

Uma breve retomada da literatura sobre a participação:

Qual é o espaço dado à temática de gênero?

⁴ Delegada ou delegado é a nome dado à pessoa eleita para participar das duas últimas fases do OP-BH (Caravana de Prioridades e Fórum Final) em que se definem as obras que serão contempladas naquele ano. Membro da Comforça é uma pessoa eleita no Fórum Final que acompanha a execução de todas as obras contempladas no OP-BH. Geralmente, a proporção é de 1 delegado eleito para cada 10 participantes e um membro da Comforça eleito para cada 10 delegad@s.

As nossas primeiras buscas focaram a literatura sobre a participação a procura de discussões sobre as relações de gênero nos espaços participativos. Encontramos trabalhos diversos que discutiam sobre as desigualdades sociais e como estas impactam a participação política dos indivíduos. Segundo Archon Fung (2004), por exemplo, a participação política de um indivíduo é determinada por condições sociais. Para o autor, “aqueles que tomam conhecimento da oportunidade e dispõem dos recursos, interesses e tempo participam”. Tipicamente, os que comparecem são os que “possuem melhores condições de vida – ricos, instruídos, profissionais (...). Praticamente todas as formas de participação exibem padrões de participação que favorecem pessoas de *status* elevado, e as formas mais exigentes tendem a exacerbar esse viés” (Fung, 2004, p.178). Neste mesmo sentido, segundo Santana (2006), Pizzorno propõe que quanto mais alta for a posição social do indivíduo, maior é a participação política deste; “segundo o autor, a posição social pode ser medida de diversas maneiras, a saber: por sua posição profissional, seu grau de instrução, seu nível de consumo; ou por algum índice composto por essas três variáveis” (Santana, 2006, p.61). Como outro exemplo, podemos citar Robert Dahl (1997) que aponta como a desigualdade perpassa as experiências democráticas conhecidas. Segundo o autor, as desigualdades entre os indivíduos passam pela assimétrica distribuição de recursos políticos como o tempo, dinheiro, educação, informação, entre outros. Desta maneira, os “recursos políticos são fortemente cumulativos”, tendendo os “recursos chaves” (renda, riqueza e status) a se concentrarem nas mãos dos mesmos atores, sendo as pessoas que têm mais renda, as que provavelmente terão mais riquezas e mais status (Dahl, 1997, p.92). Para o autor, estes recursos chaves, recursos do campo societal, são reproduzidos no campo da política enquanto recursos políticos que facilitam ou dificultam a participação dos indivíduos no sistema.

Um rápido retrospecto dessas desigualdades sociais mais consideradas nos estudos sobre a participação nos mostra que as desigualdades mais reconhecidas e tratadas são aquelas ligadas à renda e à ocupação, as que são entendidas como os principais componentes do *status* social. Porém, podemos afirmar com veemência que, nestes trabalhos, as desigualdades de gênero têm passado despercebidas ou têm sido mencionadas de forma

muito sutil. Não só as de gênero, como as desigualdades relacionadas à raça, à orientação sexual, à orientação religiosa e cultural, entre outras.

Diante deste panorama, não podemos deixar de mencionar que fatores reconhecidos como compositores do *status* social como, por exemplo, renda, ocupação profissional e escolaridade são transversais e transversalizados por gênero. Por exemplo, com base na PNAD (1995), podemos afirmar que: as relações de trabalho das mulheres são pouco formalizadas; a mulher tende a ocupar os empregos que não exigem maiores qualificações, como atividades agrícolas (25%) e prestação de serviços (25%); para as mulheres brasileiras, os empregos são os de menores status: trabalhadora agrícola, empregada doméstica, operária não qualificada, balconista etc. Segundo a ONU, as mulheres executam 2/3 do trabalho mundial, recebem apenas 1/3 dos salários mundiais, e compõem 70% dos miseráveis (Santana, 2006).

Diante destes poucos dados, porém eloqüentes, já podemos afirmar que a influência das variáveis como renda, ocupação e status social se comporta de forma diferenciada para mulheres e homens. Precisamos compreender que gênero é transversal a todas essas outras variáveis. Joan Scott (1990), nos ajuda a perceber esta transversalidade ao propor gênero como um “meio de codificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (Scott, 1990, p.16). A autora propõe gênero como uma dimensão da organização das igualdades e desigualdades sociais. Mais do que isso, para ela, gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder é concebido, legitimado e questionado, como uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Para Scott, “os conceitos de gênero estruturam a percepção (...) simbólica de toda a vida social [proporcionando um] controle ou um acesso diferenciado às fontes materiais e simbólicas” da construção do poder (Scott, 1990, p.16).

A omissão do gênero nessas análises ofusca importantes aspectos que nós precisamos compreender. Como por exemplo, não perceber se (e como que) desigualdades sociais de gênero se reproduzem dentro da estrutura dos espaços participativos é não perceber uma possível dissonância entre as mulheres e a cidadania. Segundo Fraser (1987), a própria

idéia de cidadania é um conceito político dotado de gênero. Para ela, o gênero, a política e a economia política são fatores estritamente interligados; e a identidade de gênero estrutura o trabalho remunerado, a administração estatal e a participação política. Ou seja, uma análise crítica sobre a dimensão participativa (mais ou menos inclusiva) da democracia deve expandir seu olhar e pensar como as características sociais dos indivíduos (posição social, renda, ocupação etc.) são compostas em conjunto com o gênero.

O Orçamento Participativo de Belo Horizonte

Num segundo momento, a nossa investigação focou o OP-BH – o projeto político em que este está envolto, seus objetivos, prerrogativas e prioridades. As nossas análises de documentos diversos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) apontaram que o OP-BH, desde a sua idealização, busca a reestruturação do espaço urbano da cidade e segue a lógica da inversão de prioridades territorial. A Prefeitura de Belo Horizonte, através do OP, tem organizado a cidade por meio de um planejamento geral que leva em conta critérios técnicos e de definição de prioridades. Para atingir a meta de inversão de prioridades, de redução da pobreza, o OP-BH tem se constituído em um programa de urbanização que tem: 1) priorizado as áreas mais carentes através da distribuição de recursos de acordo com o IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana); 2) desconcentrado empreendimentos ao fixar limites de obras por bairros (uma por cada) e pela criação das Unidades de Planejamento (UP) especiais; 3) adotado áreas como prioritárias para a inclusão urbana e social; 4) priorizado empreendimentos de acordo com diretrizes de planejamento de secretarias municipais temáticas; 5) operado junto a projetos executivos elaborados e acompanhados pela população⁵.

A Prefeitura de Belo Horizonte, através do OP-BH, tem apostado na integração urbana física como um processo de inclusão social. E é assim que têm se configurado os empreendimentos realizados ao longo dos 14 anos de OP. A maioria das obras realizadas era as de infra-estrutura (41,72%) e as de urbanização de vilas e favelas (26,01%)⁵. Além disso, estas obras têm atingido as áreas mais carentes de Belo Horizonte. Um estudo da

⁵ URBAL, 2007a.

URB-AL indica que 54 % da população mais pobre de BH – o grupo que tem uma renda mensal do responsável pela família inferior a 87,7 dólares (entre 0 e 0,5 salários mínimos) – está a menos de 200 metros de uma obra do OP; 51% dos que tem o chefe de família com uma renda entre 0,5 e 1 salário mínimo, também estão a menos de 200 metros de uma obra do OP⁶. Os resultados demonstrados por este estudo, nos dizem que as obras do OP-BH (de 1996 até 2006) estão próximas de famílias com níveis de renda mais baixos, o que demonstra a pertinência social do OP.

Por outro lado, de acordo com as metas e os resultados divulgados pela PBH, podemos inferir que a PBH não tem demonstrado preocupação com a dimensão participativa e inclusiva do OP de outros segmentos excluídos socialmente que não sejam os de classe mais baixa⁷. Como a nossa preocupação central são as relações de gênero, identificamos também que os órgãos municipais que tratam das questões de gênero no município, como a Coordenadoria Municipal dos Direitos da Mulher e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, por exemplo, não têm penetração oficial na coordenação, na projeção e nem na avaliação do OP-BH. Neste sentido, a nossa investigação aponta que o OP-BH tem se configurado em um espaço que, de antemão, não está “aberto” a uma discussão sobre as relações de gênero e que tem priorizado discussões sobre o (re)ordenamento do espaço urbano da cidade como ponto de partida para a inclusão social. Até então, as relações de gênero não têm sido consideradas como questões de relevância e de impacto social pela a PBH quando se trata do OP.

As Mulheres no Orçamento Participativo de Belo Horizonte

Limites e Potencialidades para uma participação paritária entre Mulheres e Homens.

É possível afirmar que o Orçamento Participativo de Belo Horizonte é feito na presença das mulheres. Apontamos a presença para contrapor à “política na ausência das mulheres” (Matos, 2007) que ocorre nas nossas instituições políticas brasileiras⁸. Estas mulheres estão

⁶ URBAL, 2007^a. Salário mínimo de referência 350 reais.

⁷ Esta preocupação focada na desigualdade econômica fica evidente na medida em que os resultados divulgados pela PBH medem o impacto do OP a partir da renda dos indivíduos ou famílias e não por outras informações sobre o perfil social como, por exemplo, o sexo.

⁸ Segundo informações coletadas no âmbito da pesquisa “A Política na Ausência das Mulheres, que está sendo realizada no DCP e NEPEM da UFMG, nos anos de 2007 e 2008, no Brasil, ao longo de 70 anos (1932

presentes numericamente no OP-BH, como também são agentes no processo como um todo. É importante destacar a observação de que há presença feminina nos momentos de tomada de palavra nas assembléias durante todas as fases do OP, desde a primeira rodada até as reuniões da Comforça. Muitas mulheres que participam do Orçamento Participativo são líderes nas suas comunidades, são as mobilizadoras das moradoras e moradores do seu bairro, assim como são a referência para estes que lá vão participar. Estas mulheres também são ativas e personagens centrais nas negociações, nas articulações no momento de busca de aliados para a aprovação de suas obras. Elas não só estão conversando com mulheres e homens, como estão trazendo idéias para a sensibilização de outros participantes na exposição de cartazes, fotos, documentos como atas ou estudos e laudos técnicos nas assembléias. Ou seja, estas mulheres são agentes na deliberação ao argumentarem e contra-argumentarem no processo de discussão e de tomada de decisão. Apontamos, que neste cenário de disputa política, as mulheres estão presentes assim como os homens e que juntos são peças fundamentais na discussão sobre o orçamento público de Belo Horizonte.

Porém, esta presença ativa de algumas mulheres não é um indicativo para a negação da nossa hipótese de trabalho. Esta presença enérgica feminina está dentro de um contexto em que participar é um constante desafio enfrentado, como afirmado nos depoimentos, por algumas mulheres. No que tange aos recursos materiais, encontramos alguns desafios a serem superados pelas mulheres que participam do OP-BH. Uma pesquisa feita pela Prefeitura de Belo Horizonte sobre as(os) delegadas(os) que participaram da Caravana de Prioridades e do Fórum Final do biênio 2007-2008, demonstrou que a renda das pessoas entrevistadas se concentra em torno de 1 SM (17%), 1 a 2 SM (28%) e 2 a 3 SM (16%), somando 61% os que têm a renda entre 1 e 3 SM⁹. Algumas das mulheres entrevistadas para esta pesquisa correspondem a este perfil. Estas apontaram em suas falas a falta de dinheiro para “pegar” ônibus e freqüentar as reuniões, que não são esporádicas, como uma dificuldade para participar. Aparentemente, a falta de dinheiro se apresenta como uma dificuldade que não é intrínseca a um determinado sexo, mas às classes baixas de Belo

-2002), a representação feminina girou em torno de 1% a 8%. Mesmo as mulheres representando 51,3% da população brasileira, 42,7% da população economicamente ativa e 51,2% do eleitorado nacional”.

⁹ Salário mínimo de referência é 350 reais.

Horizonte que compõem o maior público do OP. Mas esta é ainda uma questão a ser melhor investigada.

Quando pensamos na disponibilidade de tempo para participar, as mulheres apontam uma dificuldade bem específica. Elas relatam as duplas, triplas, quádruplas jornadas de trabalho: cuidar do marido, dos filhos, dos agregados, da casa, trabalhar fora de casa (sendo, algumas delas, as únicas provedoras da renda do lar ou contribuinte significativa para tal), participar da associação do bairro, do OP e de outras atividades da Prefeitura etc. O acúmulo de tarefas ocorre na medida em que as mulheres passam a ocupar os espaços extradomésticos sem que os homens venham a participar das atividades do lar. Olhando para o cenário nacional, esta questão se repete. A fundação Perseu Abramo (2004) aponta que 96% das mulheres são as principais responsáveis pelos afazeres domésticos em geral, sendo que 45% dessas mesmas mulheres também trabalham para sustentar a família. Uma entrevistada nos disse que as mulheres são “compromissadas”, ou seja, têm muitos compromissos, e conciliá-los com a participação na Comforça é mais um desafio.

Estas mulheres entrevistadas não costumam declarar a falta de dinheiro e de tempo como um empecilho definitivo à participação feminina, mas dizem que é mais uma dificuldade que vem sendo superada. Quando convidadas a falar sobre as dificuldades enfrentadas, as respostas são variadas, mas sempre se destaca nas falas um certo tom de superação ao relatarem a criação de estratégias múltiplas para viabilidade da sua participação. Por exemplo, uma entrevistada nos contou que decidiu ser cobradora de ônibus porque esta profissão lhe dava o direito a andar de ônibus de graça, o que possibilitava uma presença mais freqüente desta nas reuniões do OP e em outros eventos da PBH. Outra entrevistada apontou a necessidade de ter um trabalho que não exigisse horário integral para que ela pudesse acompanhar mais de perto as obras e participar mais das atividades do OP.

Porém, durante o nosso trabalho de observação e de participação indireta no processo do OP, foram evidenciados casos em que estas questões não se apresentaram como superadas pelas mulheres em geral. Por exemplo, uma mãe não tinha condições de esperar a hora da votação porque tinha que voltar para casa para amamentar. Outra deixou a Caravana e

perdeu o direito ao voto no Fórum Final porque estava com uma criança pequena e viu que não teria condições de prosseguir. Outras pediam para que a reunião não se prolongasse mais, porque tinham filhos e marido em casa esperando por elas. Um grupo de amigas, quando questionadas porquê não se candidataram para delegadas assim como uma das companheiras, respondeu que a que se candidatou era a única que podia ser delegada porque não tinha filho pequeno. Outras apontam o ingresso no OP como coincidente com a morte do marido e a emancipação dos filhos, o que acarretou numa diminuição drástica nas tarefas domésticas. Podemos notar a distribuição desigual do tempo e as duplas jornadas como um dos entraves que as mulheres encontram para exercer uma participação efetiva no OP-BH nesta próxima fala:

Eu acho que, de uma certa forma, a gente ainda tem um país assim meio machista. O homem encontra mais facilidades. A mulher encontra mais dificuldades para participar pelo fato dela ser mãe, dela ser dona de casa, dela ter que trabalhar fora. Ela sustenta a sua família muito mais do que o homem sustenta. Ela é compromissada. A mulher é cheia de compromissos. Mesmo tendo toda as qualidades, ela encontra dificuldades para ter uma participação ainda mais efetiva do que já é, do que ela deveria ser.

Um recente trabalho realizado por Luciano Fedozzi (2007) aponta que as mulheres que participam são as que se encontram independentes dos laços matrimoniais: as solteiras; viúvas; e separadas. Dos Delegados que já foram eleitos no Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA), as mulheres representam 62% dos solteiros; 81,3% dos viúvos; 65% dos separados. Segundo o autor, as mulheres casadas e que não contam com trabalhadores domésticos enfrentam dificuldades para participar do OP-POA por causa da dupla jornada e da relação patriarcal que determina que o homem representa a família na vida pública (Fedozzi, 2007, p.16).

Neste sentido, observamos que “poder participar” não é resultado de uma revisão das relações sociais entre homens e mulheres dentro do próprio OP-BH e, em especial, das relações familiares. Revisão esta que resultaria em uma diminuição nas tarefas femininas e, assim, proporcionaria a existência de mais tempo disponível para as mulheres poderem participar. Mesmo as que alegaram a “superação” das dificuldades, relataram o acúmulo de

tarefas, apontaram em suas falas que a solução era estar a todo o tempo trabalhando ou fora de casa, ou dentro de casa e ou para a comunidade na sua atuação como delegada. As falas relatam a substituição nas tarefas do lar de uma mulher por outra – a mãe, a filha, a amiga, a vizinha, a cunhada etc. – para que as mulheres possam participar mais do OP e de outras atividades políticas. Podemos perceber, de forma preliminar, que as condições da vida privada penetram no contexto público e político do espaço em questão. O acúmulo de tarefas na esfera privada e econômica se apresenta como condicionante à participação feminina nos espaços participativos. Para as mulheres, os afazeres domésticos acumulados com os trabalhos remunerados, o cuidado com os filhos, marido e agregados, são apresentados como limites à participação. Neste sentido, vale afirmar que, apesar de existir uma entrada maior de mulheres nestes espaços participativos, ainda torna-se necessária a consumação de requisitos para a emancipação feminina, para que possamos atingir a igualdade no exercício da cidadania. (Fedozzi, 2007, p.16).

Quando se trata das questões **subjetivas**, dos valores compartilhados¹⁰ nesse espaço, podemos apontar a existência de um conjunto de valores que depreciam, de alguma forma, a imagem feminina ao tratar as mulheres como emotivas em excesso, pessoas que se deixam levar pela emoção e não pela razão. Esta imagem do feminino pode afastar as mulheres da participação política, do processo de tomada de decisão, das posições de poder e liderança. No caso do OP-BH a subjetividade se apresenta com um caráter dual. Nas entrevistas com as participantes, em conversas informais com os homens que participam e com representantes da Prefeitura (gerentes das regionais, ou funcionários da coordenação da participação popular), as concepções que apareciam nas falas sobre o que é o feminino, a mulher e a participação da mulher nesse espaço, estavam sempre associando as mulheres ao cuidado, à bondade, à paciência, à maternidade, à administração do lar e da família, entre outros aspectos. Estes atributos, considerados tipicamente femininos, eram sempre associados de forma positiva com o que consideravam uma boa (ou efetiva) participação dentro do OP-BH. Esta associação positiva parece estar relacionada com o fato dos

¹⁰ Identificamos este conjunto de valores compartilhados dentro do OP a partir das falas das próprias mulheres entrevistadas e em conversas informais com homens participantes do OP quando o assunto era a participação política de mulheres e homens ou sobre os comportamentos tipicamente considerados femininos ou masculinos na nossa sociedade.

participantes entenderem a vila ou o bairro como uma extensão de suas casas. A mulher sabe o que seu lar, filhos e marido precisam e, por conseguinte, seria também ela que melhor saberia o que o bairro e seus moradores precisariam, como relatado nesta próxima fala:

A participação [no OP-BH] das mulheres é melhor, porque as mulheres cuidam do Orçamento Participativo como se elas cuidassem de sua própria casa. É um dever de casa, é um dever de lavar, passar, cozinhar. No Orçamento Participativo é exatamente isso que a gente faz. Porque organizar um beco é como se tivesse que trocar o piso da minha casa. Por exemplo, eu estou sem piso aqui até hoje. Como se eu fosse colocar uma cerâmica aqui no chão, é a urbanização da vila. Como eu quero a minha casa bonita, eu quero a vila também bonita. [...] As mulheres são assim. Principalmente eu, eu sonho dentro da minha casa, eu sonho lá fora também.

A mulher é, então, considerada freqüentemente como uma pessoa “maternal”, e reporta-se ao cuidado como uma característica intrínseca a ela. O cuidado é visto como uma qualidade positiva, na medida em que os participantes percebem o OP-BH como um ambiente solidário. Os participantes costumam associar a participação no OP com a busca do bem comum, com o fazer bem a comunidade, não evidenciando (sem negar) o caráter de disputa e ênfatizando o potencial de agregação de forças, de solidariedade, de comunitarismo. Se a subjetividade que paira o OP-BH é uma potencialidade para o ingresso das mulheres neste espaço, ela é, ou pode se tornar, ao mesmo tempo, um fator limitador para a participação feminina caso a instância política não mais seja sinônimo do doméstico, do lar, do familiar, comunitário etc. Talvez seja esse um dos motivos que causa uma reviravolta numérica quando comparamos o número de mulheres nas plenárias e na Comforça (espaço de poder e liderança). Podemos dizer que essa subjetividade restringe a participação feminina à esfera do cuidado, retirando a mulher do espaço associado com o poder, a razão e a decisão.

O caráter dual da ideologia que paira no OP nos leva a supor que mesmo da perspectiva das próprias mulheres que participam, a idéia do feminino não está associada diretamente à política e ao poder. Somos levados a acreditar que as mulheres participam da vida social e política do OP-BH, porém, muitas vezes, elas não são vistas realmente como pares, como iguais. Porém, não podemos negar que o OP-BH tem um potencial para o ingresso

feminino. Este potencial precisa ser explorado e desenvolvido. Mesmo que ainda persistam representações tradicionais a respeito das mulheres, não se pode deixar de evidenciar que algumas mulheres conseguiram criar espaço para as suas demandas, ter voz, mobilizar e, em especial, mudar o local onde moram e reinventar algumas relações dentro daquele próprio espaço. Porém, esta não é uma situação garantida para todas as mulheres.

Considerações finais

Nesse sentido, o nosso trabalho caminha em direção da confirmação da nossa hipótese de trabalho, ou seja, nesses espaços não existe ainda uma equitativa distribuição dos recursos materiais entre mulheres e homens, o que garantiria maior liberdade e mais voz para os indivíduos que queiram participar; também não existem valores compartilhados, padrões culturais que permitam que mulheres e homens interajam, de fato, como parceiros, que promovam a capacidade desses participarem realmente como iguais na vida social. Estes indícios de uma não paridade participativa entre mulheres e homens no OP-BH nos fazem apostar na importância de um monitoramento sistemático a partir de informações concretas sobre quem é seu público participante do OP-BH. As informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes do OP seriam o ponto de partida para uma investigação minuciosa sobre as potencialidades inclusivas deste espaço. Outro ponto a ser investigado seria um detalhamento mais aprofundado sobre os tipos de demandas (e se elas existem) femininas e masculinas e, a partir desta diferenciação, se existe a inclusão dos dois tipos de demandas, ou se há a prevalência de alguma delas. Nosso trabalho não nos permite perceber se há ou não preferências diferenciadas para mulheres e homens neste espaço. Podemos apenas afirmar que o Orçamento Participativo de Belo Horizonte faz parte um projeto da administração pública da cidade que prioriza a (re)estruturação territorial do município como ponto de partida para a inclusão social. Mais do que isso, é visível que esse projeto político está estritamente interligado com as necessidades do público participante do OP-BH, as quais estão arraigadas no plano material. Os participantes do OP-BH compartilham a pobreza material e uma invisibilidade da sua existência ao longo do tempo, ao passo que estes estiveram fora do planejamento da cidade e não tinham acesso à infraestrutura que a administração do município oferecia para seus cidadãos. Podemos afirmar que o compromisso da administração local é, prioritariamente, com a inversão de

prioridades em termos territoriais, reverter o destino dos investimentos que, tradicionalmente, não chegavam aos bairros pobres, vilas e favelas de Belo Horizonte¹¹. Às mudanças na ordem das prioridades, em termos políticos (dar prioridade as demandas dos segmentos que antes não tinham voz e nem poder de decisão sobre o orçamento público do município), foi entendida pela Prefeitura a partir da exclusão econômica desconexa de outros tipos de marcadores – como gênero, raça, geração, orientação sexual etc.

De qualquer forma, acompanhar mulheres e homens na busca por melhorias em seus bairros, durante todo o OP 2007/2008, nos permitiu perceber que outras discussões que não tratassem especificamente das necessidades materiais vivenciadas pelas comunidades não tinham espaço no debate do OP. Por mais que sejamos levados a perceber que o nosso trabalho de pesquisa é um indicativo da necessidade de maior monitoramento e questionamento sobre o potencial inclusivo do OP-BH, nossa investigação já nos dá pistas sobre o potencial inclusivo, maior ou menor, deste espaço. As nossas informações centrais – um custo diferenciado para participar politicamente entre mulheres e homens; a existência de valores compartilhados que não associam as mulheres ao poder e à política; o fato do OP ser um espaço que tem demonstrado pouca abertura para outras discussões que também atravessam as questões matéricas mais que não se restringem apenas a ela, como é o caso da temática de gênero – já nos advertem sobre os limites dentro do OP-BH para a participação feminina.

A confirmação da nossa hipótese só é possível, na medida em que entendemos que a paridade participativa pressupõe um reconhecimento de todos (mulheres e homens) enquanto pares, enquanto possuidores de um *status* social equitativo. Mais do que isso, as questões levantadas por esta monografia nos mostram que participar ou não, se reconhecer e ser reconhecido enquanto parceiro dentro do OP-BH, não faz parte de uma “engenharia da consciência”¹² (Fraser, 2001). Os fatores que potencializam, ou não, a face inclusiva de

¹¹ URB-AL 2007b.

¹² Fraser (2001) utiliza o termo “engenharia da consciência” para fazer referência ao modelo da identidade de Axel Honneth. Para ela, o fato do autor entender o não reconhecimento como um dano à identidade, faz com que se evidencie a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social. Para Fraser, o autor arrisca substituir a dinâmica das mudanças sociais por mecanismos da consciência.

um espaço participativo operam na dimensão societal. Ou seja, existem possibilidades e limites para uma participação na vida social, e estes passam por arranjos sociais e institucionais de gênero ou generificados que permitem ou não uma participação paritária. Para se pensar em uma paridade de participação no OP–BH, precisamos incluir os membros da sociedade no processo de deliberação e debate, fazendo com que haja de fato a presença de mulheres e homens, sendo as maneiras destes agirem e pensarem (maneiras conhecidas social e culturalmente como propriamente femininas ou masculinas) respeitadas e reconhecidas. Uma paridade não numérica, mas uma paridade efetiva de condições, pode ser um ponto de partida para uma reflexão sobre o reconhecimento dos participantes enquanto pares neste processo de democratização do Estado. Uma potencialidade para se ter uma visão mais crítica do que seria uma ampliação da democracia.

Bibliografia

- _____. *Sociedade Civil e participação Social no Brasil*. Texto preparado para a coordenação da área social do projeto Brasil em Três Tempos. Texto disponível no sítio <http://www.democraciaparticipativa.org/files/AvritzerSociedadeCivilParticipacaoBrasil.pdf> acessado no dia 28 de março de 2006.
- DAHL, Robert A., *Poliarquia: Participação e Oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo, Edusp. [1972] (1997)
- FEDOZZI, Luciano. *Participação nos Governos Locais do Brasil Contemporâneo*. In: *Cadernos FLEM VIII – Gestão Pública e Participação (S/D)*. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 736
- _____. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editora, 2007.
- FRASER, Nancy. *O que é crítico na teoria crítica? O Argumento de Habermas e Gênero*” .IN: BENHABIB, Sheila e CORNELL, Drucilla, *Feminismo Como Crítica da Modernidade*. Editora: RCB 1987.

- _____. *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista*. In: SOUZA, Jessé (org) *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- _____. *Recognition without ethics? Theory, Culture & Society*. Londres / Thousand Oaks / New Delhi, v. 18 (2-3): 21-42, 2001
- Fundação Perseu Abramo. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. Editora Fundação Perseu Abramo, SP: 2004.
- FUNG, Achon, “*Receitas para esferas públicas : oito desenhos institucionais e suas conseqüências*”. In: COELHO, Vera Schattan P; NOBRE, Marcos; “Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo”. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Cadernos de Metodologia do Orçamento Participativo de Belo horizonte 2007-2008*
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Cadernos de Diretrizes do Orçamento Participativo de Belo horizonte 2007-2008*.
- Prefeitura de Belo Horizonte, SM de Planejamento, Orçamento e Informação/ S.M. Adjunta de Planejamento /Coordenação da Participação Popular / Pesquisa desenvolvida com os delegados do OP 2003/2004, entre março a dezembro de 2002 / Documento interno.
- Prefeitura de Belo Horizonte, SM de Planejamento, Orçamento e Informação/ S.M. Adjunta de Planejamento /Coordenação da Participação Popular / Pesquisa desenvolvida com os delegados do OP 2007/2008, entre março a dezembro de 2007 / Documento interno.
- SANTANA, Mônica Cristina *Muito Trabalho, pouco poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe*. In: GROSSI, Miriam P. e SCHWADE, Elisete (orgs.). *Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Blumenau: Nova Letra, 2006. pp.47-70.
- URB-AL “*Instrumentos de Articulação entre Planejamento e Orçamento Participativo*”. 2007a.
- URB-AL *Instrumentos de Articulación entre Presupuesto Participativo y Urdenamiento Territorial. Uma síntesis basada em lãs experiencias de Arici (Itália); Belo Horizonte y Guarulhos (Brasil); Bella Vista (Argentina) y Córdoba (Espana)*. 2007b.